



Projeto de Lei CML 41/2025

"Inclui o parágrafo único no art. 10º da Lei Municipal nº. 2.301 de 16 de abril de 2.025".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lambari, no uso de suas atribuições legais, que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal, vem propor o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º. Inclui o parágrafo único ao Art. 10º da Lei Municipal nº. 2.301 de 16 de abril de 2.025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único – Os vereadores que se deslocarem de avião para Brasília-DF, deverão adquirir as passagens às suas expensas, e após a prestação de contas serão reembolsados dos valores das passagens aéreas."

Art. 2º. Revogado as disposições em contrário esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 17 de novembro de 2.025.

Joarez Carlos Martins

Presidente

Rômulo da Cunha Júnior

Vice-Presidente

Ângelo Duarte de Menezes Alves

Secretário



Justificativa ao Projeto de Lei Municipal nº. 041, 17 de novembro de 2.025.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aprimorar e dar **maior clareza e agilidade** ao processo de ressarcimento de despesas de viagem dos vereadores desta Casa Legislativa, quando em deslocamento, especificamente, para a Capital Federal, Brasília-DF, por via aérea, no exercício de suas atividades parlamentares de representação do Município de Lambari.

A inclusão do Parágrafo Único no Art. 10º da Lei Municipal nº. 2.301 de 16 de abril de 2.025 visa estabelecer um **procedimento prático e transparente** para a aquisição de passagens aéreas:

1. **Agilidade e Eficiência:** A sistemática proposta – aquisição das passagens aéreas diretamente pelos Vereadores às suas expensas e posterior reembolso mediante prestação de contas – **elimina a necessidade de procedimentos licitatórios ou burocráticos prévios** por parte da Câmara Municipal para a compra imediata das passagens. Isso garante que os representantes possam adquirir os bilhetes aéreos em tempo hábil, aproveitando melhores tarifas e assegurando sua presença em agendas importantes em Brasília, que muitas vezes são marcadas com pouca antecedência.
2. **Transparência e Controle:** O ressarcimento só ocorrerá **após a efetiva prestação de contas**, com a comprovação do gasto e da viagem realizada no interesse público, mantendo a rigorosa fiscalização sobre o uso dos recursos públicos.
3. **Conveniência e Discricionariedade:** Permite que os próprios Vereadores escolham os voos e horários mais adequados às suas agendas e aos compromissos institucionais, otimizando o tempo e a logística da missão oficial.

Dessa forma, o Projeto de Lei, ao incluir o Parágrafo Único ao Art. 10º, não apenas **desburocratiza** um procedimento essencial para o bom desempenho das atividades parlamentares em âmbito federal, como também **mantém o rigor na aplicação dos recursos públicos**, garantindo que o ressarcimento se dê estritamente pelos valores comprovadamente gastos na aquisição das passagens aéreas.

Contamos com o apoio dos Nobres Edis para a aprovação desta importante matéria.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2.025.

Joarez Carlos Martins

Presidente

Rômulo da Cunha Júnior

Vice-Presidente

Ângelo Duarte de Menezes Alves

Secretário